

Credenciação, sistemas e redes de museus em políticas museológicas europeias.

Clara Frayão Camacho

Universidade de Évora, Instituto dos Museus e da Conservação.

Resumo: Pretende-se apresentar o papel da credenciação, dos sistemas e das redes nacionais de museus nas políticas museológicas de alguns países europeus. Enquadra-se conceptualmente o tema e dá-se uma perspectiva histórica no período de 1985 a 2010. A comunicação insere-se no projecto de tese Sistemas de Credenciação e Redes Nacionais de Museus – Uma Panorâmica Europeia Contemporânea, no programa de Doutoramento em História da Universidade de Évora.

Palavras-chave: redes de museus, sistemas de museus, credenciação, Europa, políticas museológicas

Abstract: *The paper presents the role of accreditation systems and museum networks in national policies concerning museums in some European countries. We present the conceptual framework and an historical approach considering the period 1985-2010. The paper is part of a Ph.D project which addresses the topic of Accreditation Museum Systems and National Networks of Museums – a Contemporary European Overview.*

Keywords: *networks of museums, museum systems, accreditation, Europe, political museum*

Introdução

Marcadas por um expressivo crescimento de museus, as últimas décadas têm sido palco do desenvolvimento de políticas públicas nacionais para o sector museológico. Em muitos países europeus, com distintos sistemas políticos e variáveis configurações administrativas, estas políticas têm como denominador comum a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos museus nas suas áreas funcionais, da documentação e da conservação do património à educação e à comunicação com os públicos. A objectivos de elevação do desempenho dos museus e de generalização de boas práticas profissionais, junta-se o tendencial alargamento da abrangência das referidas políticas, crescentemente dirigidas à totalidade dos museus existentes em cada país (de tutelas públicas e privadas) e não apenas aos museus dependentes dos respectivos órgãos de governo.

A definição de padrões de qualidade, a imposição de regras, de normativos e de leis, a criação de programas de apoio e de formação, o estabelecimento de parcerias e o estímulo à colaboração inter-organizacional constituem alguns dos meios utilizados por diferentes organismos governamentais, ou a estes associados, para atingir objectivos identitários, culturais, económicos e sociais de âmbito nacional.

Nesta perspectiva, sediados em políticas museológicas diversas - consoante as realidades jurídicas, administrativas e culturais de cada país - e conduzidos a partir de orgânicas governamentais e/ou associativas de diferentes escalas e geometrias, a credenciação, os sistemas e as redes de museus constituem, a nosso ver, peças centrais das políticas museológicas nacionais desenvolvidas nos últimos anos na Europa (1).

No projecto de tese de doutoramento em curso, ao campo geográfico europeu corresponde uma cronologia contemporânea: o arco temporal compreendido entre 1985 e 2010. A primeira data marca a criação do Sistema Espanhol de Museus, no mesmo ano em que no Reino Unido eram iniciados os trabalhos preparatórios que conduziram à definição do Registration Scheme, o primeiro sistema de credenciação formalmente criado na Europa. A data de arranque deste estudo (2010) estabelece a segunda baliza cronológica, condicionada pela convicção de trazer a análise até à actualidade, em que múltiplos ajustamentos e alterações ocorrem nas políticas museológicas nacionais.

Como é sabido, a crise económica e financeira mundial tem motivado cortes orçamentais, mudanças programáticas e medidas de emagrecimento dos órgãos do estado, com consequências em fusões, extinções e reconversões dos organismos actantes no sector dos museus. A repercussão destas medidas na credenciação, nos sistemas e nas redes de museus será também objecto de abordagem.

Deste modo, num arco de vinte e cinco anos, com tempos de duração variáveis, pautados por reformas, evoluções e revisões, os sistemas e as redes a estudar serão objecto de uma análise diacrónica, em paralelo à caracterização panorâmica.

Enquadramento conceptual

Antes de mais, faça-se uma precisão conceptual. No contexto deste artigo e do programa de doutoramento em curso, por ‘credenciação de museus’ ou ‘sistema de credenciação de museus’, expressões que serão utilizadas como equivalentes, quer dizer-se o conjunto de padrões de referência, de procedimentos de monitorização e de avaliação, de medidas e de programas de qualificação, que visam a melhoria dos museus e o reconhecimento oficial da sua qualidade técnica por parte de uma entidade externa. Por ‘sistemas nacionais de museus’ entende-se os conjuntos, ou agrupamentos, de instituições museológicas com relações de interdependência, formados à escala territorial dos países, em torno de finalidades comuns. A expressão ‘redes nacionais de museus’ é usada para nomear os sistemas organizados, voluntários, dinâmicos, abertos e flexíveis, estabelecidos entre instituições museológicas à escala territorial dos países, com finalidades diversas de cooperação.

Trata-se de matérias cujo estudo é recente e sobre as quais não existe ainda um quadro de pesquisa estabilizado e referencial. Apesar de o próprio tema das ‘redes’ estar em voga, em particular desde os anos noventa do século XX, é escassa a reflexão científica sobre esta temática no campo museológico, o que ocasiona o correspondente défice de bibliografia especializada.

Com efeito, a bibliografia sobre sistemas de credenciação e redes de museus na Europa surge nos últimos anos com uma dominante concentração de publicações na primeira década do século XXI, de forma pulverizada e de base multidisciplinar. Salienta-se a persistente autonomia entre as obras que tratam da credenciação e as que se ocupam dos sistemas e das redes de museus, com raras pontes entre ambas. Mas também a escassez de monografias, de obras conjuntas e de estudos comparativos, com vantagem para actas de encontros, periódicos e algumas dissertações.

Sobressaem algumas visões de conjunto (Compagna e Sani 2008; Maggi e Dondo-na 2006; Mason e Weeks 2002), actas de encontros (Franulic 2007; Instituto Português de Museus 2002; Ministero per i Beni e le Attività Culturali 2004; Negri 2002), monografias e artigos (Bagdadli 2001; Feroni 2010; Sani 2009). São igualmente escassos os estudos comparativos de políticas museológicas nacionais de países europeus, que incluam estes temas (AEA Consulting 2006; Ballé e Poulot 2004; Greffe e Krebs 2010; Pearce 1992).

Já no amplo domínio das pesquisas sobre políticas culturais parecem especialmente adequadas para o presente objecto de estudo as análises que as enquadram como componentes das políticas do estado social e as relacionam com variações nacionais e tradições históricas (Toepler e Zimmer 1997; Zimmer e Toepler 1999). Para estes autores o campo da política cultural foi progressivamente integrado, desde os anos 1960 e 1970, no espectro das políticas públicas sociais e das reformas educativas, enquanto a partir do final dos anos 1990 a crise do estado social vem afectando o apoio governamental à cultura.

Perspectiva histórica

Sumariamente definido o enquadramento conceptual, passa-se a introduzir um breve historial da credenciação, dos sistemas e das redes de museus na Europa, dos anos 1980 até à actualidade.

Muito embora a cronologia e a cartografia da credenciação, dos sistemas e das redes de museus sejam variáveis, salientando-se no primeiro caso a experiência precoce dos Estados Unidos a partir da década de 1970, a verdade é que, de forma sistemática, estas realidades são observáveis na Europa a partir dos anos oitenta do século XX.

Quanto à credenciação, como se mencionou, não pode deixar de ser invocado o papel seminal do American Association of Museums Accreditation Program, iniciado nos Estados Unidos em 1971, que serviu de inspiração a programas e sistemas posteriormente desenvolvidos noutros países.

Tomando como referente a efectiva aplicação da credenciação (2) a primeira baliza temporal europeia corresponde à introdução do Registration Scheme no Reino Unido em 1988, por iniciativa da Museums and Galleries Commission (MGC), depois de uma falhada tentativa na década anterior.

No final do último decénio do século XX, vários países criam os seus esquemas e programas nacionais de credenciação de museus. O reconhecimento de museus pela Comunidade Flamenga da Bélgica, em 1996, o Registo Estatal de Museus na Polónia, em 1997, o Sistema de Credenciação de Museus na Letónia, em 1998, e, no ano seguinte, o Museumregister Nederland nos Países Baixos são sinais do avanço geográfico dos padrões de referência para museus no continente europeu. Esta tendência é prosseguida já no século XXI, com o lançamento do Museum Standards Programme na Irlanda e a definição de padrões para os museus alemães (Standards fur Museen), ambos em 2006.

Quanto aos sistemas e redes nacionais de museus, nesta linha temporal foi precoce a sua criação em Espanha, mediante o estabelecimento legal do Sistema Espanhol de Museus em 1985, seguido de organizações sistémicas e reticulares em muitas das Comunidades Autónomas. Entre estas distingue-se, pelo pioneirismo e pela consistência, o Registo de Museus da Catalunha, em 1990. Ainda na Península Ibérica, Portugal esperaria pelo ano 2000 para criar a Rede Portuguesa de Museus, por iniciativa do Instituto Português de Museus.

Na primeira década do novo século foram formalizadas a Rede de Museus da República da Croácia (2002) e a Rede Nacional de Museus da Roménia (2006). Já em Itália, é ao nível das regiões que avança o movimento de criação de sistemas e redes de museus. No final desta década, foi ainda legalmente criada a Rede de Museus de Espanha (2009), embora não tenha sido concretizada até à presente data.

A produção legislativa específica para os museus é apanágio de países como: a Finlândia (1992); a Polónia, com a Lei de Museus (1996); a Letónia, igualmente com a Lei de Museus (a primeira em 1997, e a segunda em 2006); a Itália, mediante o Atto di indirizzo sui criteri tecnico-scientifici e sugli standard di funzionamento e sviluppo dei musei (2001); a França, através da Loi des Musées de France (2002); Portugal, com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (2004).

Outros países - como a Alemanha, Irlanda, Países Baixos e Reino Unido - optam por basear a credenciação em documentos orientadores (governamentais ou associativos), em detrimento de instrumentos legais.

No plano diacrónico, as políticas mencionadas foram alvo de reformas, entre as quais importa distinguir as três revisões do mais antigo sistema de credenciação europeu, o do Reino Unido: em 1995, 2004 e em 2010-2011. Importa salientar que na reforma de 2004 foi alterada a designação do Museum Registration Scheme, passando a ser adoptado o nome de Accreditation Scheme for Museums in the United Kingdom, que se mantém na actualidade.

Outros aprofundamentos e desenvolvimentos ocorreram em vários dos países em que estas matérias são enquadradas por diplomas legislativos. Assim, às leis de museus já mencionadas sucederam, em regra, diplomas a especificar as regras e os procedimentos da credenciação: Polónia e Letónia, em 1997; França, em 2002; Portugal, em 2006.

Finalmente, entre os meios utilizados para colocar de pé e gerir a credenciação e os sistemas ou redes nacionais de museus, estão as medidas orgânicas que impendem sobre as estruturas governamentais da cultura e mais particularmente dos museus.

Estas medidas são de tipo normativo e inserem-se em políticas museológicas mais amplas. Os seus aspectos formais diferem consoante os estados são centralizados ou descentralizados, federais ou unitários, de administração directa ou delegada. Em distintos contextos, as entidades governamentais com competência no sector dos museus evoluem e são sujeitas a alterações, mediante reformas, revisões e reorganizações, o que tem vindo a suceder com grande expressividade nos países europeus. Contudo, no limitado espaço deste artigo não será possível inserir a análise desta ampla temática.

Deste modo, temporalmente caracterizados por dinâmicas evolutivas, a credenciação, os sistemas e as redes de museus estenderam-se progressivamente no espaço europeu. Na actualidade, como se referiu, continuam a ser erigidas políticas nacionais de museus, que integram a credenciação e as redes, enquanto outros países procedem a reformas estruturais e a ajustamentos jurídicos, orgânicos e programáticos.

Comentários conclusivos

A constatação da presença dos tópicos seleccionados – credenciação, sistemas e redes nacionais de museus – nas políticas dirigidas a museus em distintos países europeus constituiu o ponto de partida para desenhar o nosso objecto de estudo. Deste modo, o projecto de doutoramento em curso inclui a identificação e a sistematização dos processos de criação e do historial dos sistemas de credenciação e das redes nacionais de museus de doze países europeus (3), a par da caracterização das suas linhas de acção, funcionamento e gestão. Tendo presente a sua natureza exploratória, o objectivo principal é enformado pela vontade de apresentar uma visão geral e de conferir maior precisão a estas temáticas, com vista a iluminar a sua abordagem histórica e compreensão na contemporaneidade.

Distintas hipóteses de trabalho em complemento a esta pesquisa poderão passar pelo estabelecimento de relações e de cruzamentos multidisciplinares entre as matérias aqui tratadas e outros tópicos das políticas museológicas nacionais. Pela actualidade que detêm, aponta-se, a título de exemplo, algumas pistas de investigação: autonomia de gestão dos museus nacionais; descentralização e fortalecimento de museus municipais (4); programas de investimento público; papel das administrações centrais, regionais e locais; políticas funcionais (expositivas, educativas, digitalização, circulação de bens culturais). Num espectro de maior amplitude, seria desejável o estudo das relações destes temas com as agendas políticas, sociais e culturais nacionais e da União Europeia: multiculturalismo, inclusão social, economia da cultura, gestão cultural.

A melhoria da prestação dos museus, a colaboração reticular e a rentabilização de recursos têm estado no cerne das opções políticas em prol da credenciação e das redes de museus. Cremos que o aprofundamento do conhecimento destas realidades, a perspectiva histórica da sua abordagem e o estabelecimento de análises comparativas poderão redundar não apenas na ampliação do seu estudo, mas na construção de ferramentas de apoio ao desenho destas políticas e ao desenvolvimento de projectos pluridisciplinares e plurinacionais.

Notas

(1) A geografia mundial da credenciação e das redes de museus é predominantemente americana e europeia, com extensões a territórios da Oceânia, por via da influência britânica. Do nosso conhecimento actual, fora da Europa é nos Estados Unidos, Canadá, em países da América Latina e em países da Commonwealth que se localizam as experiências mais relevantes nestes domínios.

(2) As datas apontadas referem-se ao início da aplicação dos sistemas de credenciação aos museus dos países mencionados, o que foi frequentemente precedido de debates e de testes a grupos de museus.

(3) São os seguintes os países abrangidos pelo estudo em curso: Alemanha, Eslovénia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Letónia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido e Suécia.

(4) É indispensável referir o relevante contributo de dois projectos europeus de investigação, um sobre museus nacionais e outro sobre museus municipais. O primeiro, Eunamus, decorre até 2013. O segundo deu origem ao seguinte relatório: Greffe, Xavier, e Anne Krebs. 2010. The Relationship between Museums and Municipalities in Europe. Bruxelas: E=MU2 Policy analysis group.

Referencias Bibliográficas.

AEA Consulting. 2006. Museums, Libraries and Archives Council. Research Project «Cultural spend and Infraestructure: a Comparative Study». Londres: MLA Museums, Libraries and Archives.

Bagdadli, Silvia. 2001. Le reti di musei. L'organizzazione a rete per i beni culturali in Italia e all'estero. Milão: Egea.

Ballé, Catherine, e Dominique Poulot. 2004. Musées en Europe Une Mutation Inachevée. Paris: La Documentaion Française.

Compagna, Adelaide Maresca, e Margherita Sani. 2008. Musei di qualità - Sistemi di Accreditamento dei Musei d'Europa. Roma: Gangemi Editore.

Feroni, Ginevra Cerrina. 2010. «Profili giuridici della gestione dei musei nelle esperienze del Regno Unito, Francia, Germania e Spagna». Em I Musei. Discipline, gestioni, prospettive, eds. Ginevra Cerrina Feroni e Giuseppe Morbidelli. Turim: G. Giapichelli Editore, p. 81-139.

Franulic, Markita. 2007. «The Round Table Museum Networks in Europe held on February 22 and 23 in the Museum Documentation Centre in Zagreb». Informatica Museologica (Special number: «Museum networks in Europe») 38(3-4): 7.

Grefe, Xavier, e Anne Krebs. 2010. The Relationship between Museums and Municipalities in Europe. Bruxelles: E=MU2 Policy analysis group.

Instituto Português de Museus, ed. 2002. Actas - Fórum Internacional Redes de Museus. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Maggi, Maurizio, e Carlo Alberto Dondona. 2006. Macchine Culturali Reti e Sistemi nell'Organizzazione dei Musei. Torino: IRES – Istituto di Ricerche Economico-Sociali del Piemonte.

Mason, Timothy, e Jane Weeks. 2002. From Australia to Zanzibar. Museum Standards Schemes Overseas. A research project for Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. London: Re:source.

Ministero per i Beni e le Attività Culturali, ed. 2004. Quali standard e modelli di gestione per i musei europei? Atti del Seminario organizzato in occasione della Presidenza Italiana del consiglio dell'Unione Europea, Napoli, Palazzo Reale 9-10 ottobre 2003. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali.

Museum Act of 21 November 1996 (Journal of Laws of 1997, no 5, item 24 and of 1998, no 106, item 668).

Negri, Massimo, ed. 2002. I sistemi museale in Europa: una sfida para el futuro – Atti del Convegno Internazionale 9-10 Marzo 2001. Milão: Provincia di Milano, Assessorato alla Cultura e ai Beni Culturali.

Pearce, Susan, ed. 1992. Museums and Europe 1992. Londres: The Athlone Press.

Sani, Margherita. 2009. «Registration and Accreditation as Ways of Raising Quality in Museums. An European Overview». Em eds. Massimo Negri, Franco Nicolucci, e Margherita Sani. Budapest: Istituto per i Beni artistici, culturali e naturali della regione Emilia-Romagna.

Toepler, Stefan, e Annette Zimmer. 1997. «The State and the Non-Profit Sector in the Provision of Arts and Culture: The Cases of Germany and the United States». Cultural Policy 3(2): 289-304.

Zimmer, Annette, e Stefan Toepler. 1999. «The Subsidized Muse: Government and the Arts in Western Europe and the United States». Journal of Cultural Economics (23): 33-49.

Legislação

D.M. 10 maggio 2001 Atto di indirizzo sui criteri tecnico- scientifici e sugli standard di funzionamento e sviluppo dei musei (Art. 150, comma 6, del D.Les. n. 112 del 1998) G.U. 19 ottobre 2001, n. 244, S.O. 2001.

Law on Museums. Adopted by the Saeima on 15 December 2005 with amending laws of: 25 October 2007

Loi no 2002-5 du 4 janvier 2002 relative aux musées de France. 2002.

Lei n.o 47/2004, de 19 de Agosto – Lei-Quadro dos Museus Portugueses. 2004.

Museum Act of 21 November 1996 (Journal of Laws of 1997, no 5, item 24 and of 1998, no 106, item 668)